

AU – REVISTA ARQUITETURA E URBANISMO (1985-1999): PROJETOS PUBLICADOS

Carla Augusto Gonçalves

Prof. Dr. Luiz Antônio Recamán Barros

Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Av. Trabalhador São-carlense, 400 - Parque Arnold Schmidt - São Carlos-SP - CEP 13566-590, Tel. +55 11 3373-9311 Fax. +55 16 3373-9310

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

e-mail: carla.usp@gmail.com

Grupo de pesquisa: Arquitetura Contemporânea e o Brasil

RESUMO

A pesquisa se insere no contexto posterior ao período militar, marcado pela retomada dos debates arquitetônicos no Brasil e sua difusão por meio do lançamento de revistas de arquitetura. Desse modo, a pesquisa se desenvolveu a partir da identificação das idéias dominantes do período e dos projetos publicados na revista AU – *Arquitetura e Urbanismo*, desde seu lançamento em 1985 até 1999, associando ambos em uma análise crítica sobre a evolução da produção arquitetônica e urbanística brasileira do período.

ABSTRACT

The research falls in the period after the military, marked by the resumption of architectural debates in Brazil and its dissemination through the launching of the architecture's magazine. Thus, the research has developed from the identification of the dominant ideas of the period and projects published in the journal AU - Architecture and Urbanism, since its launch in 1985 until 1999, combining both in a critical analysis about the evolution of architectural and urban production Brazilian in that period.

Palavras chave: Debates, Projetos, Contemporaneidade, Brasil

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere no contexto posterior ao governo militar, um período marcado pela retomada dos debates arquitetônicos no Brasil. No final dos anos 1970 até meados dos anos 1980 diversas revistas de arquitetura são lançadas no país, marcando essa retomada da crítica em arquitetura. A revista AU, lançada em 1985, foi de extrema importância na difusão das idéias em discussão entre os arquitetos.

Dentro desse contexto, a pesquisa se desenvolveu a partir da identificação das idéias dominantes do período e dos projetos publicados na revista AU entre 1985 e 1999, associando ambos em uma análise crítica sobre a evolução da produção arquitetônica e urbanística brasileira do período.

A pesquisa se justifica pela importância de se conhecer a arquitetura recente do nosso país, cuja bibliografia, ainda, é de pouco volume para identificação das direções que a diversificada produção arquitetônica e urbanística atual brasileira seguirá. A pesquisa, inserida dentro do grupo de pesquisa “Arquitetura Contemporânea e o Brasil”, é responsável pelo levantamento e análise do acervo de projetos da revista AU.

O trabalho foi desenvolvido em duas pesquisas, cada qual relacionada a um período da produção arquitetônica e urbanística brasileira – 1980 e 1990. A pesquisa relacionada aos anos 2000 está em desenvolvimento para dar continuidade ao trabalho. Cada pesquisa foi realizada em 12 meses e seguiu a mesma metodologia: pesquisa bibliográfica, levantamento, identificação de temas dominantes, análise e panorama geral do período.

Foi realizado um levantamento dos projetos publicados na revista AU no período de 1985 a 1999 e, concomitantemente, a partir de pesquisa bibliográfica, artigos, reportagens e publicações de projetos, foram identificados os principais temas referentes às idéias dominantes do período. A partir desses temas, os

projetos levantados foram organizados em forma de banco de dados. Ainda a partir dos temas, foi elaborada uma tabela com a relação cronológica dos projetos e sua inserção em cada tema.

Além da classificação dos projetos levantados nos temas, foram selecionados os projetos relevantes e, a partir de uma análise crítica dos mesmos, além da análise ampla através da tabela de projetos, ensaiou-se uma compreensão aprofundada sobre a produção arquitetônica e urbanística do período publicada na revista.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS IDÉIAS DOMINANTES DO PERÍODO

Durante o período de redemocratização do Brasil, ampliam-se os debates arquitetônicos, tanto no âmbito interno quanto na relação da arquitetura brasileira com as tendências internacionais do período. Mesmo com a frágil situação política e econômica, que fez com que o período ficasse conhecido como “década perdida”, os debates arquitetônicos indicavam para os arquitetos brasileiros que os rumos da arquitetura deveriam ser alterados.

Os anos do “milagre” foram marcados por uma fase sombria da arquitetura brasileira. Apesar do período de prosperidade econômica, marcado por uma intensa produção arquitetônica induzida pelo Estado, a quantidade não refletiu a qualidade dos projetos. O pensamento e a prática da arquitetura brasileira dos anos 1950 e 1960 foram apropriados e esvaziados pelo governo autoritário como forma de difundir a modernização do país.

Com a decadência do “milagre”, a falência do discurso modernizador dos governos militares somada à assimilação dos debates internacionais sobre o pós-moderno, criou um sentimento anti-moderno no país. A produção arquitetônica até aquele momento passa a ser duramente contestada por alguns arquitetos e críticos. Não só a arquitetura vazia dos anos 1970, mas a própria arquitetura dos anos 1950 e 1960.

O debate arquitetônico, que renasce no final da década de 1970, alcança maior importância a partir da segunda metade dos anos 1980. A consolidação da revista *Projeto*, uma revista de arquitetura independente, e o lançamento, em meados dos anos 1980, da revista *AU* foram responsáveis pelo grande volume de debates nesse período. Ao mesmo tempo, os arquitetos que estavam dispostos a buscar novas alternativas passaram a inovar tanto na arquitetura como na forma de ensino de diversas maneiras, formando, no Brasil, um quadro de tendências variadas.

Durante os anos 1980 e início dos anos 1990, o assunto central das discussões era o impasse entre os discursos modernos e pós-modernos e a sua influência na arquitetura brasileira atuante.

Essa discussão em torno das teorias pós-modernas internacionais, entretanto, contribuiu apenas para o “arejamento” dos debates arquitetônicos no país, não impulsionando mudanças concretas da arquitetura brasileira nos anos 1980. “A atual contestação à arquitetura moderna brasileira atinge seus mitos, não seus princípios [...] caracteriza-se mais como uma atitude de reação a uma precisa modernidade, sem apresentar uma alternativa concreta com espessura conceitual consistente” (SEGAWA, 1997).

Ainda nesse período, as teorias sobre o regionalismo crítico, o *new empirismo* e o contextualismo cultural de Aldo Rossi ganham ênfase entre os arquitetos brasileiros, gerando discussões sobre a relação entre arquitetura e urbanismo e a realidade existente. Passa-se a valorizar a história em substituição à criação de um mundo novo, com o argumento de que é a arquitetura que deve se submeter à realidade e não o contrário. No caso de grande parte das cidades brasileiras, com poucos avanços tecnológicos, a arquitetura que valoriza a realidade é a “arquitetura possível”, que utiliza os materiais e técnicas locais. (BASTOS, 2003)

A valorização da história foi uma discussão iniciada na Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando houve uma grande quantidade de edificações antigas recuperadas. A discussão girou em torno da reabilitação desses edifícios, que ganharam funções representativas como instituições públicas, museus, escolas, centros esportivos, etc. (MONTANER, 2001) No Brasil essa valorização de obras com caráter histórico somente ganhou força principalmente após os anos 1980.

Outra discussão pertinente, também ligada à valorização da realidade, trata-se das novas tendências do urbanismo contemporâneo. Uma longa distância separa Brasília, as cidades planejadas durante os anos 1980 e as intervenções pontuais na cidade dos anos 1990.

Brasília foi construída basicamente com o encargo de se mostrar moderna para banir o “Brasil rural, do pau-a-pique, do telhado de capim, do Jeca e sua tristeza” (BASTOS, 2003). A sede do governo, portanto, foi projetada sem compromisso com o custo, com a topografia ou com questões sociais.

Já a postura frente às novas experiências urbanas dos anos 1980 valoriza o desenho urbano tradicional em oposição à malha geométrica moderna. O urbanismo das ruas, praças, esquinas, locais de encontro criados pela própria população, é previsto pelos arquitetos durante o planejamento urbano.

Já nos anos 1990, com o inchamento desordenado das grandes cidades brasileiras e quando o planejamento geral não era mais possível, a prática de intervenção em determinados espaços urbanos tornou-se mais eficiente na qualificação urbana. Surgem diversas intervenções pontuais em áreas das cidades em substituição a uma renovação urbana. São intervenções que visam qualificar o espaço urbano já existente a partir da recuperação e reorganização dos espaços existentes.

A relação da obra arquitetônica com o espaço urbano também foi foco de discussões. Maria Alice conclui que ocorreu uma “revalorização do espaço urbano tradicional, com conseqüente valorização do meio urbano na inserção da obra arquitetônica” (BASTOS, 2003) Alguns projetos adotam partidos que, antes de ser arquitetônicos, são urbanísticos.

Algumas teorias internacionais voltadas à expressão da linguagem arquitetônica chegaram ao Brasil tardiamente a partir dos anos 1980. As teorias formuladas por Robert Venturi da “Arquitetura como sistema comunicativo” e a de Aldo Rossi sobre a “Crítica Tipológica” receberam algum destaque entre os arquitetos denominados “não-alinhados” que buscavam uma nova expressão arquitetônica em oposição à linguagem pré-definida da arquitetura moderna.

Apesar de todas essas teorias terem ganhado ênfase entre os arquitetos brasileiros, não significa que os projetos brasileiros decorram sempre de uma teoria internacional. Grande parte dos projetos contemporâneos brasileiros surge de referências internas, seja do próprio contexto ou das referências das escolas surgidas no país nos anos 1950 e 1960.

3. PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA BRASILEIRA DOS ANOS OITENTA E NOVENTA

Após a identificação das idéias dominantes do período, foram definidos três temas principais e, a partir de novas referências teóricas e projetuais encontradas no desenvolvimento das pesquisas, foram criados vários temas secundários.

Segregar totalmente os temas é inviável, pois muitos deles possuem interdependência, porém, por questões didáticas, os temas foram separados por itens para a criação das fichas de projetos. A inserção dos projetos dentro dos itens baseou-se no tema mais pertinente de cada projeto. Na elaboração da tabela com os projetos relacionados aos temas, fica explícita a sua relação com mais de um tema.

O primeiro tema, a “valorização da realidade” configura-se como uma atitude generalizada aplicada em diferentes âmbitos – arquitetura, postura frente ao patrimônio histórico e intervenções urbanas. O que existe em comum em todas essas atuações é a aproximação da realidade, gerando ações contextualistas em que se considera a situação existente.

Desse modo, a valorização da realidade pode ser entendida pela valorização da história, representada pela recuperação e/ou adaptação da edificação existente ou de espaços urbanos de caráter histórico; pela utilização de materiais e técnicas construtivas tradicionais; pela valorização do espaço urbano, seja em novas experiências urbanas, seja na qualificação do espaço urbano através de intervenções pontuais na cidade; e pela consideração da lógica urbana na concepção do projeto arquitetônico.

Relacionando-se à história, destacam-se, nos anos 1980, os projetos da Casa do Benin, da arquiteta Lina Bo Bardi e os projetos para o centro do Rio de Janeiro do arquiteto Glauco Campelo, nos anos 1990, a Reabilitação da Pinacoteca do Estado, de autoria de Paulo Mendes da Rocha e o projeto da Sala São Paulo, do escritório Dupré Arquitetura, que fazem parte do projeto Viva o Centro, que envolve a recuperação ou reabilitação de vários edifícios históricos em São Paulo. Além de São Paulo, diversas cidades brasileiras tiveram seus centros históricos recuperados.

A utilização de materiais e técnicas construtivas tradicionais é bem representada pelo uso autóctone da madeira do projeto do Centro de Proteção Ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina, nos anos 1980, do arquiteto Severiano Porto. Nos anos 1990, destacam-se as experiências técnico-constitutivas de Joan Villà, com projetos sociais, e de Acayaba, com a pesquisa da madeira em residências.

Nos projetos relacionados ao espaço urbano, nos anos 1980, foram encontrados projetos de cidades no Mato Grosso do Sul, enquanto que nos anos 1990, surgem as intervenções pontuais na cidade, em que se destacam

o projeto de reurbanização do vale do Anhangabaú e as intervenções no Rio de Janeiro com o programa Rio-Cidade e Favela-Bairro. Já em relação aos projetos de arquitetura, em que a lógica urbana existente é valorizada, destaca-se a produção de Roberto Loeb, como o Centro Administrativo da Basf e os Poupatemplos Sé e Santo Amaro.

No segundo tema, “liberdade formal e uso de figurativismo”, convergem os projetos que promovem uma arquitetura que se utiliza da linguagem das edificações com alguma dimensão, seja ela crítica (de revisão do movimento moderno); experimental (que não querem romper com o modernismo) ou de mercado. Os projetos se divergem em alguns aspectos, mas todos possuem a premissa de trabalhar a linguagem arquitetônica de alguma maneira.

Na dimensão crítica, destacam-se os projetos do grupo mineiro liderado por Éolo Maia, como o Palácio Arquiepiscopal de Mariana e o Centro de Informações Turísticas Tancredo Neves; o projeto do Sesc Nova Iguaçu, dos arquitetos Padovano e Hector Vigliecca, o Centro de Lançamento de Alcântara, de autoria de Luís Espallargas Gimenez; o edifício Terra Brasilis, do escritório Königsberger e Vannucchi; e o SENAC São José dos Campos, dos arquitetos Tito Lívio Francino e Vasco de Mello. Na dimensão de mercado, destacam-se os projetos corporativos que se disseminaram nos anos 1990, como Conjunto de edifícios Nações Unidas, do escritório Botti Rubin Arquitetos; o Edifício Bandeirantes, dos arquitetos Aflalo e Gasperini; e o Edifício Centenário Plaza, de autoria de Carlos Bratke. Já a dimensão experimental resume-se a projetos, na maioria residencial, sem grande destaque projetual.

O terceiro tema, “caminhos da arquitetura moderna” reflete distintos caminhos da arquitetura moderna, mas todos voltados a uma maior continuidade em relação à arquitetura moderna anterior à Brasília. Não apenas à arquitetura hegemônica da escola carioca ou paulista, mas as outras arquiteturas modernas, das diversas regiões do país. Essa produção não compartilha de uma postura única e nem mantém o mesmo discurso ideológico que configurava a arquitetura moderna brasileira dos anos 1950 e 1960. Pode-se caracterizar essa produção mais pelo caminho pessoal de cada arquiteto do que por um pensamento teórico comum a todos.

Nesse tema, destacam-se o projeto vencedor do concurso para o Pavilhão do Brasil em Servilha, da equipe A. Bucci; os projetos do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, como Museu Brasileiro da Escultura e a loja da Forma; o Memorial da América Latina, do mestre Oscar Niemeyer; a Estação Largo 13, de João Walter Toscano; os projetos do arquiteto Ruy Ohtake, como o Parque Aquático The Waves e o Renaissance Hotel; o projeto vencedor do concurso para o Conjunto Habitacional em Berlim, do escritório Brasil Arquitetura; o Senac Jundiá, de Abrahão Sanovicz; e os projetos dos hospitais de autoria de Lelé. Além de uma grande diversidade de projetos das diferentes regiões do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 1980 foi um período de assimilação dos debates internacionais entre os arquitetos e pela falência do discurso modernizador dos anos 1970. Esses fatores contribuíram para o afloramento de um sentimento anti-moderno entre alguns arquitetos brasileiros, o que impulsionou os debates arquitetônicos do período.

Apesar da intensa produção voltada a uma revisão do Movimento Moderno, não chegou a se formar uma arquitetura pós-moderna no país. Manifestações individuais de arquitetos contestavam a arquitetura moderna, mas não propunham uma nova arquitetura com clareza.

Já no final dos anos 1980 foi verificada uma mudança de configuração dos projetos publicados. Os projetos que seguiam caminhos dentro da arquitetura moderna, muito escassos nos primeiros números, foram tomando força no final dos anos 1980.

A maior parte da produção publicada nos anos 1990 segue esse caminho de maior continuidade em relação à arquitetura moderna herdeira de Brasília. Mesmo que a produção resulte em diferentes caminhos pessoais dos arquitetos, verifica-se uma vontade de continuidade com a Arquitetura Moderna Brasileira desenvolvida até Brasília.

Além do aumento da produção voltada à continuidade, houve uma redução do volume e da expressividade dos projetos que incitavam a ruptura ou mesmo que caminhavam por direções distintas à arquitetura moderna herdeira de Brasília.

Algumas constatações abordadas na elaboração do panorama da produção brasileira dos anos 1980 e 1990 foram sintetizadas e analisadas de forma que ficasse evidente essa mudança de configuração entre as décadas de 1980 e 1990, na direção dos novos caminhos dentro da arquitetura moderna, entre elas destacam-se:

- *A evidência na produção de Lina Bo Bardi e Severiano Porto do final dos anos 1970 e início dos 1980 decaí a partir da década de 1990* – Severiano Porto, após a grande repercussão da obra do Centro de Proteção Ambiental de Balbina na década de 1980, continuou a desenvolver sua produção nos anos 1990, mas sem muita evidência, marcada pela ausência de projetos relevantes. No caso da arquiteta Lina Bo Bardi, sua morte já no início da década de 1990 interrompeu sua produção;
- *O “pós-modernismo” do grupo mineiro liderado por Éolo Maia não causou tanto impacto nos anos 1990 como causou nos anos 1980* – os projetos de importância dos “pós-modernos” arquitetos mineiros, o Palácio Arquiepiscopal de Mariana e o Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves, datam a década de 1980, apesar de suas republicações nos anos 1990. Neste período não existiram projetos de tanto impacto;
- *A valorização da idéia de tipologia está mais associada aos primórdios da arquitetura moderna do que a sua ruptura* – a adequação da realidade brasileira (econômica, social, construtiva e climática) já defendida por Lucio Costa nos anos 1930, através do uso de elementos vazados, telhados de barro em duas águas, é defendida a partir de uma tipologia de fácil apreensão pela população brasileira. O exemplo mais significativo que evoca a idéia de tipologia, o projeto do Sesc Nova Iguaçu, está mais associado às tipologias da arquitetura moderna do que uma ruptura à arquitetura moderna genérica;
- *As novas expressões formais são antigas* – os projetos de destaque que trabalham as novas formas de expressão formal – o Terra Brasilis e o SENAC de São José dos Campos –, apesar de publicação tardia na década de 1990, datam a década de 1980;
- *O resultado dos concursos dá ênfase à abstração* – os vencedores dos mais importantes concursos realizados nos anos 1990 foram projetos de jovens arquitetos paulistas que mantiveram a mesma linguagem e o mesmo discurso da “escola paulista”;
- *A volta da expressividade da obra de Paulo Mendes da Rocha* – a partir dos anos 1990, após um período de poucos trabalhos, Mendes da Rocha ressurgiu no cenário nacional com grandes obras;
- *A renovação da escola paulista a partir das inovações tecnológicas do aço* – os arquitetos Walter Toscano e Ruy Ohtake, autênticos membros da “escola paulista”, persistem na confiança na tecnologia. A diferença é que, enquanto na “escola paulista” a tecnologia do desenvolvimento era a do concreto armado, Toscano aposta no sistema construtivo em aço como o caminho do desenvolvimento da indústria brasileira do momento;
- *O destaque de escritórios de jovens arquitetos paulistas* – o escritório Brasil Arquitetura, de jovens arquitetos paulistas, de linguagem diversa da estética brutalista, mas referenciada na arquitetura moderna primordial, passa a ter destaque tanto nacional como internacionalmente a partir dos anos 1990;
- *A diversidade das arquiteturas paulistas e das diferentes regiões do Brasil* – a intensa produção de vários arquitetos paulistas e de outras partes do país nos anos 1990 preza a racionalidade e a funcionalidade como princípios primordiais. O resultado é uma grande diversidade de postura e tendências.

Concluindo com uma frase que evoca a produção do período, o que antes foi preconizado por Lucio Costa nos anos 50 como um período de “muita construção, alguma arquitetura e um milagre”, no início do século XXI foi parafraseado por Serapião (2001) por um período – anos 1990 – de “bastante construção, muita arquitetura e nenhum milagre”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira: discurso prática e pensamento**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2003.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno: Arquitetura da Segunda Metade do Século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SERAPIÃO, Fernando. **Bastante construção, muita arquitetura e nenhum milagre**. Projeto-Desing n. 251, São Paulo, janeiro 2001.